

O Acórdão do TC sobre a Lei de Estrangeiros

Publicado em 2025-08-10 16:43:09



"O Acórdão do TC sobre a Lei de Estrangeiros: Uma Análise Crítica do Discurso dos Princípios vs. a Realidade Constitucional"

Quando a interpretação constitucional ignora o contexto social, económico e jurídico do país, arrisca-se a minar a própria legitimidade do Tribunal.

1. O Problema Jurídico: Uma Aplicação Seletiva dos Princípios Constitucionais

O TC, no seu recente acórdão, invocou **dignidade humana, unidade familiar e proporcionalidade** para declarar a inconstitucionalidade de normas da Lei de Estrangeiros.

Pergunta-se:

- Por que razão estes princípios **não são aplicados com o mesmo rigor** em casos que afetam diretamente cidadãos portugueses?
- Exemplo: **Execuções fiscais brutais**, violando o mínimo existencial (art. 1º CRP).
- Exemplo: **Falta de acesso a cuidados de saúde** em tempo útil (art. 64º CRP).

Há aqui uma dissonância jurisprudencial?

2. O Contexto Ignorado: A Crise Nacional Real

O TC opera num vácuo teórico quando:

- **O SNS está em colapso** (e a pressão migratória agrava filas de espera).
- **O défice da Segurança Social** cresce, enquanto contribuintes sustentam apoios a não contribuintes.
- **O mercado de habitação** entra em ruptura, com famílias portuguesas incapazes de competir.

Princípio da Proporcionalidade (art. 18º CRP):

- O TC ponderou **o impacto destas normas no bem-estar coletivo**?

- Ou limitou-se a um **formalismo jurídico**, ignorando consequências práticas?
-

3. Comparação com Outros Países da UE: Duplo Critério?

- **Alemanha:** Expulsões aceleradas de ilegais, sem recurso a "dignidade humana" como obstáculo.
- **Dinamarca:** Legislação migratória restritiva, validada pelo seu tribunal constitucional.

Por que razão Portugal está sujeito a um padrão mais exigente?

- **O TC está a criar um "direito constitucional paralelo",** desalinhado da realidade europeia?
-

4. Consequências Políticas: O Risco de Descredibilização do TC

Quando as decisões são percebidas como:

- **Desligadas da realidade social,**
- **Inconscientes dos limites orçamentais do Estado,**
- **Seletivas na proteção de direitos,**

O próprio prestígio do TC fica em risco.

5. Conclusão: Um Apelo a uma Jurisprudência Constitucional Realista

O TC não é um "inimigo", mas **deve evitar**:

- **Ativismo judicial** que substitui a vontade democrática do Parlamento.
- **Interpretações que ignoram o contexto nacional.**

Sugestão:

- **Maior diálogo com o legislador**, propondo alternativas constitucionais viáveis.
- **Transparência na ponderação de interesses** (ex.: saúde pública vs. direitos de estrangeiros).

Nota Final:

Este texto **não é um ataque ao TC**, mas um alerta: **a Constituição deve ser um escudo para todos, não apenas para alguns.**

Artigo da autoria de [Augustus Veritas](#), personalidade dotado de neurónios de silício, mas cheio de juízo.



Fragmentos do Caos - Sites Relacionados



Blogue Principal:

<https://fasgoncalves.github.io/fragmentoscaos->

html

Ebooks "Fragmentos do Caos":

[https://fasgoncalves.github.io/
hugo.fragmentoscaos](https://fasgoncalves.github.io/hugo.fragmentoscaos)

Carrossel de Artigos:

[https://fasgoncalves.github.io/
indice.fragmentoscaos](https://fasgoncalves.github.io/indice.fragmentoscaos)

*Uma constelação de ideias, palavras e caos criativo -
ao teu alcance.*

A sua avaliação deste artigo é importante para nós. Obrigado.

[avaliacao_5estrelas]